**A RETOMADA DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL (2023-2024): desafios para a efetividade da política pública.**

Fábio Josué Souza dos Santos

Terciana Vidal Moura

**RESUMO**

O trabalho analisa a retomada e reconstrução da Política Nacional de Educação do Campo no Brasil no último biênio (2023-2024), no contexto do Governo Lula 3. Ancora-se, teoricamente, nas discussões sobre as temáticas Políticas públicas e Educação do Campo. Metodologicamente, configura-se como um estudo de natureza qualitativa que empregou como fonte de dados a participação do autor e da autora em reuniões de trabalho junto à Secadi, Fonec, Conec e Colegiado do Pronera no estado da Bahia, bem como em quatro eventos nacionais da Educação do Campo, realizados no período; e, ainda, em relatórios de dois destes eventos.

**Palavras-**chave: Educação do Campo, Política Educacional, Secadi, Pronera.

**RESUMEN:**

El trabajo analiza la reanudación y reconstrucción de la Política Nacional de Educación del Campo en Brasil en los últimos dos años (2023-2024), en el contexto del Gobierno de Lula 3. Se ancla teóricamente en discusiones sobre los temas de Políticas Públicas y Educación Rural. Metodológicamente, se configura como un estudio cualitativo que utilizó como fuente de datos la participación del autor en reuniones de trabajo con Secadi, Fonec, Conec y la Dirección de Pronera en el estado de Bahía, así como en cuatro eventos nacionales sobre Educación Rural, realizados durante el período; y también en informes de dos de estos eventos.

**Palabras clave:** Educación Rural, Política Educativa, Secadi.

**1 INTRODUÇÃO**

O presente artigo analisa o processo de retomada e reconstrução da Política Nacional de Educação do Campo no Brasil no último biênio (2023-2024), no contexto do Governo Lula 3 que recriou a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) no âmbito do Ministério da Educação (MEC), bem como o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), que passou a reabrigar o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), em janeiro de 2023.

O trabalho ancora-se nas discussões sobre as temáticas Políticas públicas (Rua, 2009) e Educação do Campo (Arroyo, Caldart e Molina, 2004; Caldart, 2024; Molina e Santos, 2022; Molina, 2006; Santos e Moura, 2024; Silva, 2006) dentre outros.

A metodologia empregada configura-o como um estudo de natureza qualitativa que adotou como fonte de dados a participação do autor e a autora em reuniões técnicas e de trabalhos junto à Secadi, ao Fórum Nacional de Educação (Fonec), à Comissão Nacional de Educação do Campo (Conec) e ao Colegiado do Pronera no estado da Bahia, bem como o envolvimento em quatro eventos nacionais da Educação do Campo, realizados no período; e, ainda, em relatórios de realização de dois destes eventos aos quais o autor e a autora estiveram diretamente envolvidos.

Os dados apontam a importante retomada de ações e programas da Educação do Campo com financiamento pela Secadi e do Incra (Pronera); a necessidade urgente de rearticulação e fortalecimento do Movimento Social em fóruns coletivos, com direção nacional e capilaridade espraiada em todo território nacional, para melhor promover o acompanhamento, monitoramento, avaliação e proposições para o aperfeiçoamento da Política Nacional de Educação do Campo, não só a nível nacional, mas no âmbito dos estados e municípios. Indicam ainda uma dificuldade de avanço na implementação de um projeto de desenvolvimento do campo brasileiro, fundado no direito à terra, à Educação, à produção agroecológica, tendo em vista cenário de disputa de projetos políticos de desenvolvimento do campo brasileiro marcado pelo avanço do projeto do Agronegócio em um contexto político conservador, mesmo no contexto do novo governo.

O artigo está estruturado em quatro tópicos, além desta *Introdução* e das *Considerações finais*. Inicialmente, contextualizamos a emergência da Educação do Campo no Brasil, caracterizando-a como momento político-pedagógico, categoria teórica e política pública, destacando as principais conquistas alcançadas desde 1998 com a institucionalização da política de Educação do Campo no Brasil, através da criação do Pronera, bem como os principais desafios, sobretudo os retrocessos vivenciados a partir da emergência de uma onda política conservadora no pós-golpe de 2016. Adiante, contextualizamos a recriação da Secadi e apresentamos um balanço das ações realizadas por esta Secretaria, em parceria com o Fonec. Em seguida, situamos o Pronera e a expectativa de sua retomada. Por fim, situamos os desafios para a efetivação da política nacional de Educação do Campo, indicando proposições emergidas em eventos nacionais realizados para planejar, acompanhar, monitorar a efetivação da política pública.

**2 EDUCAÇÃO DO CAMPO: DO MOVIMENTO À POLÍTICA PÚBLICA**

A Educação do Campo é um movimento político-pedagógico, uma categoria teórica e uma política pública forjada com base na reivindicação do direito a terra, à Educação, à produção agroecológica, numa articulação entre Movimentos Sociais do Campo (MSC), Universidades e Poder público. É fruto do acúmulo de diversas experiências políticas, educativas e pedagógicas construídas historicamente pelo conjunto de movimentos populares do Brasil que, desde a época do Brasil-Colônia, mobilizam-se na construção de alternativas ao modelo de sociedade excludente, que secularmente tem marcado o país.

Enquanto **movimento**, suas raízes históricas, segundo Silva (2006), po­dem ser localizadas no contexto inicial dos anos 1960, quando o Movimento de Cultura Popular (MCP), os Centros Populares de Cultura (CPCs) da União Nacional dos Estudantes (UNE), a campanha De Pé no Chão também se aprende a ler, o Movimento de Educação de Base (MEB), os Movimentos da Ação Católica, ao lado de organizações camponesas vão “alargar o conceito de educa­ção”, compreendendo-a como uma prática social capaz “de contribuir, direta e intencionalmente, no processo de construção histórica das pessoas” (Silva, 2006, p. 62).

Contidas por conta da Ditadura Militar implantada no país a partir de 1964, as sementes dessas iniciativas vão germinar em outros contextos e es­paços, tais como: a fundação das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), iniciadas em 1969 no Espírito Santo e expandidas durante as décadas seguintes; a cria­ção da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975; o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984, e suas escolas de acampamento, assentamento e a Escola Itinerante; os diversos Sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais (STTR); as diferentes organizações camponesas surgidas no contexto dos anos 1980 e 1990, tais como Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) etc., além de diversas organizações com atuação local ou regional.

Durante a segunda metade dos anos 1990, sobretudo a partir da realização do I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (Enera), ocorrido em 1997, o movimento cresce em nível de integração política, dando origem à “Articulação Na­cional Por uma Educação do Campo”, envolvendo movimentos sociais, uni­versidades e poder público.

Destaca-se inicialmente, a conquista do Pronera, criado em 1998. A Articulação promove o I Enera (1997), a I e a II Conferência Nacional Por uma Educação do Campo, respectivamente em 1998 e 2004, e consegue alguma incidência junto ao Conselho Nacional de Educação (CNE) e ao Ministério da Educação (MEC), além de governos estaduais e municipais.

Reconfigurada e rebatizada em 2010 como Fonec, a Articulação procu­rou organizar um conjunto de movimentos sociais do campo, universidades e poder público, na construção de uma política de Educação do Campo (Molina, Santos, 2022).

O Fonec congrega movimentos e organizações sociais populares: MST, Contag, Resab, Unefab, articulações, comitês, Fóruns Estaduais de Educação do Campo e Universidades, dentre outros. De acordo com Molina e Santos (2022, p. 6), o Fonec tem se constituído como um importante intelectual coletivo da classe trabalhadora do campo e exercido um papel ativo de “organizador e animados das lutas e resistências em defesa dos direitos do campesinato”.

Ainda segundo Molina e Santos (2022, p. 5-6),

Desde sua criação, o papel do FONEC vem-se intensificando nas lutas em defesa da Educação do Campo com a ampliação significativa dos movimentos e organizações sociais, sindicais e Universidades que o integram. Entre 2010 e 2020, o Fórum protagonizou a organização de encontros nacionais dos diferentes sujeitos coletivos que integram a Educação do Campo; participou ativamente da proposição e realização de seminários nacionais do PRONERA e das Licenciaturas em Educação do Campo; produziu diversas Notas Técnicas avaliando a conjuntura e as política públicas de Educação do Campo; organizou periodicamente relevantes encontros de formação com a representação de diveras organizações que o integram, com especial ênfae ao histórico Semináiro Nacioal dos 20 Anos da Educação do Campo e do PRONERA, realizado em 2018 na Universidade de Brasília.

As diversas reuniões, seminários e conferências e os documentos produzidos por essa Articulação constituíram-se em espaços importantes para o refinamento do **conceito** de Educação do Campo, que já vi­nha sendo materializado em diversas experiências, desde décadas anteriores.

A Educação do Campo tem buscado construir um projeto de educação que se distancia dos pressupostos que sustentaram historicamente a Educação Rural. Segundo Caldart (2004), a Educação do Campo é um projeto de educação da classe trabalhadora do campo brasileiro, que tem como berço de origem a luta empreendida por ela pela conquista da terra e vincula-se à construção de um modelo de desenvolvimento rural que prioriza os diversos sujeitos sociais do campo. Neste sentido, para Caldart (2004, p. 23), “A Educação do Campo é incompatível com o modelo de agricultura capitalista que combina hoje no Brasil latifúndio e agronegócio”, pois estes “representam a exclusão da maioria e a morte dos camponeses. Educação do Campo combina com Reforma Agrária, com agricultura camponesa, com agroecologia popular”.

Enquanto **política pública**, a Educação do Campo expressa-se em um conjunto de ações governamentais implementadas pelo Estado brasi­leiro nas últimas duas décadas, a partir da reivindicação dos MSC. Aqui se situa um novo arcabouço legal que concebe a Educação do Campo como um direito, bem como os projetos e programas dela decorrente.

No âmbito da legislação educacional, cabe destacar as “Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo”, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 abril de 2002 e complementadas pela Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008; e a “Política de Educação do Cam­po” instituída pelo Decreto Presidencial de no. 7.352, de 4 de novembro de 2010 (Brasil, 2002; Brasil 2008; Brasil, 2010, respectivamente). Ainda cabe mencionar, no quesito legal, um conjunto de pareceres e resoluções instituídas nas esferas federal, estadual e municipal.

O novo arcabouço jurídico expressa a garantia do direito a uma edu­cação que respeite as especificidades do modo de vida, da cultura e das necessidades dos camponeses e se desdobra em ações como o Pronera, executado pelo Incra desde 1998; e a criação da Coordenação Geral de Educação do Campo na estrutura da Secretaria de Educação Continuada, Diversidade (Secad)[[1]](#footnote-1) no MEC, em 2004, que vai se constituir em importante espaço de interlo­cução com os movimentos sociais do campo, gerando a formulação de diversos programas no âmbito desse ministério, tais como: o Programa Saberes da Terra, criado em 2005; o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação no Campo (Procampo), criado em 2006; e, finalmente, o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), instituído em 2013.

O Pronacampo reuniu um conjunto de ações e programas concebidos originalmente no âmbito da Educa­ção do Campo, como o Procampo e o Programa Saberes da Terra e promoveu um recorte temático e geográfico (para o campo) de outros programas de cunho universalista já desenvolvidos pelo MEC, tais como o PNLD Campo, o PNBE Temático, o Programa Mais Educa­ção - Campo, o Pronatec Campo, o PDDE Campo e PDDE Água e Esgoto, o Proinfo Rural. No âmbito do Pronacampo, foi criado ainda o Programa Escola da Terra, voltado para promover o acesso, a permanência e a melhoria das condições de aprendizagem dos estudantes do campo e quilombolas em suas comunidades, substituindo o Programa Escola Ativa, desenvolvido desde 1997, baseado em concepções e princípios destoantes da Educação do Campo.

Cumpre ressaltar neste histórico de conquistas o destacado papel exercido pela Secadi, enquanto *locus* privilegiado de formulação de políticas de Educação do Campo, construída em forte diálogo com o Movimento Social do Campo, através da Articulação e do Fonec.

Apesar dos importantes avanços conquistados, sobretudo no período entre 1998 e 2015, é importante destacar que, mesmo nesse período, a Educação do Campo conviveu em um cenário nacional em que predominaram as políticas neoliberais e, no campo, tivemos o avanço do projeto hegemônico, do Agronegócio, que atualiza no momento contemporâneo marcas fundantes da nação brasileira: o latifúndio e a monocultura de exportação, promovendo expulsão e desterritorialização dos sujeitos do campo.

No contexto do pós-golpe de 2016, o projeto do Agronegócio avançou ainda mais, impondo grandes reveses à Educação do Campo. Assim, conquistas alcançadas ao longo de duas décadas perderam força, programas federais foram completamente esvaziados e, portanto, o que estava em espaço de disputa sofre grandes retrocessos (Jakimiu, 2021).

**3 A RECRIAÇÃO DA SECADI E A (NOVA) POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO.**

A recriação da Secadi no MEC, em 1/1/2023, primeiro dia do Governo Lula 3, significou a reconstituíção de um espaço institucional primordial para a formulação das politicas da diversidade, no âmbito do Governo Federal. Em sua estrutura, foi criada a Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Ambiental (Dipecea). Dentro da Dipecea foi criada a Coordenação-Geral de Políticas de Educação do Campo (CGPEC). Tanto a Diretoria quanto a Coordenação foram assumidas por docentes de Instituições Federais de Educação Superior, pesquisador/a da área, com forte histórico de participação em movimentos sociais do campo.

Segundo depoimentos públicos, o cenário encontrado no MEC quando da recriação da Secadi, era de “terra arrasada”. Não se tinha dados sistematizados sobre as políticas para a diversidade concebidas durante a primeira década do século, aí incluída a Educação do Campo. Foi preciso uma força tarefa para se reunir informações iniciais que pudessem orientar as ações dos novos setores. Apelou-se para a memória e os arquivos pessoais dos poucos servidores de carreira que permaneceram no MEC durante o turbulento período anterior, de desmonte das políticas educacionais, para se levantar dados mínimos orientasse ações dos setores recém cridos.

O afinco dos dirigentes, a sua competência técnica e política e a articulação com instâncias do Movimento Nacional da Educação do Campo, especialmente o Fórum Nacional de Educação do Campo, tem apresentado resultados relevantes.

Em dois anos, é possível celebrar importantes conquistas da Dipecea/CGPEC/Secadi, e por conseguinte, do Movimento da Educação do Campo, entre as quais destacamos:

1. Aporte de recursos para apoio emergencial à realização de atividades do Tempo Comunidade (TC) nas Licenciaturas em Educação do Campo e Licenciaturas Intercultural Indígenas. Estes recursos foram disponibilizados às Universidades através de Termo de Execução Centralizada (TED), no ano de 2023 e 2024 e encontra-se em andamento os TEDs para o ano 2025;
2. Lançamento do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (Parfor Equidade), uma ação da Capes, idealizada junto à Secadi/MEC, que ensejou, através do Edital Conjunto Capes/Secadi Nº 23/2023, o financiamento para a criação de 135 novos cursos de graduação, sendo 25 Licenciaturas em Educação do Campo, 25 Licenciaturas em Educação Quilombola, 39 Licenciaturas em Intercultural Indígena[[2]](#footnote-2) (Capes, 2024);
3. Apoio político, em discussões junto a Andifes e à Secretaria de Planejamento Orçamentário (SPO) do MEC para ampliação do financiamento das Licenciaturas em Educação do Campo e Licenciaturas Interculturais Indígenas, aumentando o peso destes cursos na composição da Matriz de Orçamento de Outros Custeios e Capital (Matriz OCC) de 1 para 2 pontos, efetivado a partir de 2025;
4. A retomada do Programa Escola da Terra, que no biênio 2023-2024, possibilitou a oferta de 53 cursos de formação continuada a educadores do campo, junto a 40 Instituições de Ensino Superior (IES), sendo 33 cursos de Aperfeiçoamento e 20 Cursos de Especialização, atendendo 5.739 cursistas, professores de escolas do campo.
5. A recriação da Conec, através da Portaria MEC nº 990, de 23 de maio de 2023 (Brasil, 2023b); e a sua composição com várias representações de ministérios, universidades e movimentos e organizações sociais da Educação do Campo, através da Portaria MEC Nº 1.347, de 14 de julho de 2023 (Brasil, 2023a).

Todas estas ações foram possíveis pela recriação da Secadi e a destinação de recursos para a pauta da Educação do Campo.

Destaca-se ainda a realização de várias reuniões com movimentos sociais e Universidades, em um diálogo aberto e cooperativo.

Cumpre destacar ainda a co-organização e financiamento, pela Secadi/Dipecea, de três grandes eventos nacionais da Educação do Campo, em parceria com Movimentos Sociais e Universidades, a saber: 1) “Encontro Nacional da Educação do Campo, das Águas e das Florestas: Avaliação e Monitoramento da Política de Educação do Campo”, realizado em Salvador-Bahia, de 28 de fevereiro a 02 de março de 2024; 2) “Seminário Nacional de Planejamento e Monitoramento da Política de Educação do Campo - Reunião de Aprofundamento da Avaliação e Monitoramento da Política de Educação do Campo”, realizado em Brasília-Distrito Federal, de 24 a 27 de setembro de 2024; 3) “II Seminários de Formação Continuada de Professores das Licenciaturas em Educação do Campo do Brasil”, realizado em Belo Horizonte-MG, de 12 a 15 de março de 2025.

O “Encontro Nacional da Educação do Campo, das Águas e das Florestas: Avaliação e Monitoramento da Política de Educação do Campo”, teve a coordenação nacional geral da Dipecea/Secadi que, mediante TED foi executado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), com apoio dos movimentos sociais e organizações populares do campo presentes no Fonec e no Fórum Estadual de Educação (FEEC), contando com o apoio do Governo do Estado da Bahia, através das Secretarias de Educação, Desenvolvimento Rural e Cultura; do Incra; da Articulação Nacional dos/as Estudantes e licenciados/as em Educação do Campo (Aneledoc); de Universidades Federais e Estaduais que oferecem cursos na área da Educação do Campo; dentre outras instituições e organizações sociais. Participaram do evento 579 educadores, educadoras, gestores públicos escolares e não escolares e estudantes da Educação do Campo do Brasil. Os participantes do evento são oriundos de todas as regiões do Brasil, sendo 332 da região Nordeste, 74 do Centro Oeste, 106 do Norte, 30 do Sul e 83 da região Sudeste.

Este Encontro, financiado pela Secadi/MEC, foi a maior e mais importante reunião na área da Educação do Campo desde a realização da II Conferência Nacional de Educação do Campo, ocorrida em Luziânia, Goiás, entre 2 a 6 de agosto de 2004. Configurou-se, portanto, como um importante momento de avaliação e análise coletiva dos desafios e avanços da Educação do Campo ao longo das últimas duas décadas (2004-2023). Constituiu-se, ainda, em um marco de retomada da articulação em torno da construção das políticas nesta área que, conforme seu histórico, tem sido tecida nos entendimentos entre Movimentos Sociais, Universidade e Estado.

O Encontro apontou para urgência da retomada das políticas públicas para as populações do campo pelo atual Governo Federal, bem como da necessidade de melhor articulação com os demais entes federativos (Estados e Municípios), movimentos sociais e universidades, e a necessidade de monitoramento permanente das políticas de Educação do Campo. Neste sentido, foi proposto a realização de um evento que aprofundasse a avaliação das políticas de Educação do Campo e contribuísse, de forma participativa, para orientar o MEC na (re)formulação de projetos e programas na área, considerando os desafios contemporâneos. Daí surgiu, portanto, a proposta do “Seminário Nacional de Planejamento e Monitoramento da Política de Educação do Campo”.

Este “Seminário Nacional”, também teve a coordenação geral da Dipecea/Secadi que, mediante TED que foi executado pela UFRB, com apoio do Fonec, tendo como objeto prover apoio financeiro, através de recursos de custeio, para a realização do referido evento. Neste evento, 121 participantes estiveram representando 151 instituições e organizações da sociedade civil de abrangência nacional, regional, estadual ou local.

O Seminário Nacional teve grande relevância social e política ao reunir mais de uma centena de representantes de todas as regiões brasileiras e 25 Unidades Federativas, contemplando representações de gestores das esferas federal, estadual e municipal, Universidades e Movimentos Sociais, em intensos dias de discussão, avaliação, monitoramento e prospecção da Política Nacional de Educação do Campo. Como resultado, apresentou elementos e contribuições pertinentes, capazes de subsidiar a revisão da Política Nacional de Educação do Campo, em específico a elaboração de nova versão do Pronacampo, construído democraticamente em torno da tríade Poder Público-Universidade-Movimentos Sociais, coerente com as concepções e princípios da Educação do Campo, e a ser coordenada e conduzida pela Dipecea/Secadi/MEC.

O “II Seminários de Formação Continuada de Professores das Licenciaturas em Educação do Campo do Brasil”, realizado em Belo Horizonte-MG, de 12 a 15 de março de 2025, também teve a coordenação nacional geral da Dipecea/Secadi e foi financiado mediante o TED executado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em parceria com a Universidade de Brasília (UnB). O evento, realizado na Faculdade de Educação da UFMG, objetivou promover a formação continuada de formadores de educadores do campo, retomando assim iniciativa anterior realizada também na UFMG, durante os anos de 2017 e 2018 (na ocasião o I Seminário teve 3 etapas) e interrompida com a extinção da Secadi. O Seminário de 2024 reuniu 217 participantes vinculados a 48 IES, Universidades e Institutos Federais e a 70 cursos de Licenciaturas em Educação do Campo, sendo 45 institucionalizados e 25 do Parfor Equidade.

Estes eventos constituíram-se em espaços importantes de retomada das discussões coletivas da Educação do Campo, com importantes encaminhamentos para o planejamento, avaliação e monitoramento das ações a serem realizadas, sob coordenação e financiamento da Dipecea e acompanhamento crítico do Fonec, Conec e outras instâncias coletivas.

**4 O PRONERA E AS PERSPECTIVAS DE RETOMADA**

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) foi criado em 1998 no âmbito do Ministério Extraordinário da Política Fundiária (MEPF) como resultado da grande Marcha do MST, em 1997, como reação aos massacres de Corumbiara (1995) e Eldorado dos Carajás (1997). A partir do novo marco legal da Educação do Campo, construído pela força dos movimentos sociais nos primeiros anos da década seguinte, entre eles o Decreto Presidencial nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, o programa foi se consolidando (Molina e Santos, 2022).

Dados apresentados em reuniões do Colegiado do Pronera no estado da Bahia (2024), indicam que ao longo de sua trajetória (1998-2025), o Programa alfabetizou, e contribuiu com a elevação dos níveis de escolaridade, na educação básica e superior, mais de 200 mil jovens e adultos, envolvendo mais de 70 instituições de ensino superior.

Entretanto, Pronera sofreu forte revês desde o golpe de 2016. Embora não tenha sido extinto na gestão federal anterior – como foi o caso da Secadi! – o Pronera foi completamente esvaziado, com diminuição quase completa do seu orçamento entre 2017 e 2022. A Figura 1, a seguir, apresenta a evolução do orçamento do Pronera 2015-2025.

**Figura 1 – Evolução do orçamento do Pronera 2015-2025.**

|  |
| --- |
|  |

Fonte: PRONERA/INCRA, abril de 2025.

Embora ainda continue com um orçamento insuficiente para dar conta das demandas represadas nos últimos anos, nota-se uma disposição do Governo Federal e da Presidência do Incra na recomposição do orçamento do Programa, atendendo, ainda que parcialmente, as demandas apresentadas pelos movimentos sociais do campo e, especificamente, pelo Movimento da Educação do Campo.

Na Carta do Encontro Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas sobre o Pronera, publicada em 2024, os movimentos sociais reconhecem os avanços realizados no âmbito do Programa, conforme se verifica no trecho a seguir:

Durante o ano de 2023, o MDA/Incra assegurou alguns avanços na perspectiva da reconstrução e fortalecimento do Programa, tais como:

• A constituição, nomeação e instalação da Comissão Pedagógica Nacional – CPN;

• O reajuste no valor aluno/ano, congelado desde 2016;

• O reajuste no valor das bolsas dos estudantes e professores;

• A mobilização das instituições de ensino, o diálogo com os movimentos sociais e sindicais e a ampliação do número de projetos e do número de pessoas em processo de formação. No início de 2023 havia 20 projetos em andamento, com 1.064 estudantes em sala de aula. Em 2023 foram implementados 14 novos projetos que preveem o ingresso de mais 2.721 estudantes nas instituições de ensino parceiras.

• O PRONERA voltou a integrar as ações do Plano Plurianual (PPA) no âmbito do MDA/Incra, fundamental para a afirmação do Pronera no Incra/MDA. (ENCONTRO, 2024, p. 2).

Entretanto, a Carta apresenta duas importantes demandas ainda não atendidas mais de um ano depois da formulação deste pleito:

1. a recomposição do orçamento do Pronera ao patamar necessário para garantir projetos que assegurem o direito à educação nas áreas de reforma agrárias. Neste quesito, o movimento apresenta a necessidade de recursos da ordem de R$ 60 milhões/ano para o financiamento de cursos de nível superior e mais R$ 50 milhões/ano para o Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos (ENCONTRO, 2024, p. 2).
2. a criação de uma estrutura de gestão no âmbito do MDA/Incra. “Não houve recomposição da estrutura organizativa do Pronera no âmbito do Incra, que havia sido eliminada pelo governo anterior e permanece vigente. Seguimos postulando por uma Diretoria do Pronera vinculada diretamente à Presidência do Incra, com quadro técnico e capacidade de gestão de acordo com a necessidade crescente e os desafios nas áreas de Reforma Agrária, Territórios Quilombolas e Crédito Fundiário, trazidos pelos movimentos sociais e sindicais populares do campo (ENCONTRO, 2024, p. 3).

**5 EFETIVIDADE DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: PROPOSIÇÕES**

Nas discussões ocorridas durante o Encontro Nacional e o Seminário Nacional de Educação do Campo acima referidos, foi unânime a compreensão da importância do Fonec como ator político de grande relevância para o fortalecimento da Política de Educação do Campo, em diferentes esferas e a contribuição que pode oferecer aos governos nesta pauta. O Fonec foi reconhecido como um espaço de articulação e resistência em tempos desfavoráveis e como um espaço estratégico para proposições, monitoramento e avaliação de políticas que fortaleçam a Educação do Campo nos territórios do campo, das águas e das florestas, em todo Brasil. Tem assim o papel de ser um referencial de oferecer diretrizes para as lutas nos diferentes territórios, bem como aglutinar movimentos e proposições sendo ator importante na disputa por orçamento público para a consecução das políticas de Educação do Campo.

Do mesmo modo, foi destacado o papel da Conec como espaço institucional para acompanhar a implementação da Política Nacional de Educação do Campo e contribuir com o processo de avaliação de programas e projetos da área. Igualmente, foi destacada a importância da Comissão Pedagógica Nacional do Pronera no acompanhamento e avaliação esta política nacional de Educação nas áreas de reforma agrária.

**6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O avanço do projeto do Agronegócio, incentivado pelo contexto político ultraconservador emergido no Brasil a partir do golpe de 2016 provocou grande retrocessos na implementação das políticas de Educação do Campo que vinham sendo construídas desde o final dos anos 1990, numa articulação entre Movimentos Sociais, Universidades e Estado.

O Governo Lula III, eleito em 2022 numa ampla aliança de centro-esquerda, é um governo em disputa. Embora se reconheça conquistas importantes decorrentes da recriação da Secadi e, nela, a Dipecea, e das tentativas de retomar o Pronera no âmbito do Incra, ainda há muito para ser feito! Neste sentido, o protagonismo dos Movimentos Sociais, organizados em torno do Fonec tem um papel importante para tensionar os governos em nível federal, estadual e municipal e garantir a efetividade das políticas de Educação do Campo.

**REFERÊNCIAS**

ARROYO, M.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma educação do campo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. **Decreto Presidencial nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**, que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. In: BRASIL. Educação do Campo: marcos normativos. – Brasília: SECADI, 2012. p. 81-88. Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf>. Acesso em: 22/jul./2023.

BRASIL. CNE – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº 01, de 03 de abril de 2002**, que define Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf>. Acesso em: 22/jul./2023.

BRASIL. CNE – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB nº 02, de 28 de abril de 2008**, que estabelece as diretrizes complementares para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: [http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/ bib\_educ\_campo.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/%20bib_educ_campo.pdf). Acesso em: 22/jul./2023.

CALDART, R. S. Educação do Campo 25 anos: legado político-pedagógico. In: **Revista Cocar**, n. 33 (2024): Dossiê: Educação do campo e Pronera: 25 anos de práxis pela vida com dignidade e educação pública nos territórios do campo. Disponível em:

<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/9788/4138>

ENCONTRO NACIONAL DA EDUCAÇÃO DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS. **Carta do Encontro Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas sobre o Pronera.** Salvador-BA, 02 de mar. 2024.

JAKIMIU, V. C. L. Extinção da SECADI: a negação do direito à educação (para e com a diversidade). **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, v. 2, n. 3, p.115-137, jan./mar. 2021. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/reed>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MEDEIROS, E. C. **Política Nacional de Educação do Campo (Pronacampo).** Brasília-DF: MEC: Secadi: Dipecea: CGPEC, 2024. (Slide orientador de exposição oral realizada no dia 26/09/2024, no “Seminário Nacional de Planejamento e Monitoramento da Política de Educação do Campo”). Não publicado.

MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do Campo e pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, 2006.

MOLINA, M. C.; SANTOS, C. A. Fonec: a construção de um intelectual orgânico coletivo dos(as) camponeses(as) no Brasil. **Roteiro**, Joaçaba, v. 47, e29623, jan./dez. 2022. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro>. Acesso em: 28 fev. 2024.

RUA, M. G. **Políticas públicas**. Florianópolis: UFSC, 2009. 130 p.

SANTOS, F. S. S; MOURA,T. V. A Educação do Campo na UFRB: apontamentos sobre uma caminhada (2008-2024). In: **Revista Cocar**, n. 33 (2024): Dossiê: Educação do campo e Pronera: 25 anos de práxis pela vida com dignidade e educação pública nos territórios do campo. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/issue/view/231>

SILVA, M. S. S. Da raiz à flor: produção pedagógica dos movimen­tos sociais e a escola do campo. In: MOLINA, M. C (Org.). **Edu­cação do Campo e Pesquisa, questões para reflexão.** Brasília-DF: Ministé­rio do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 60-92.

1. A Secad foi criada no ano de 2004, por meio do Decreto 5.159/2004, no primeiro governo Lula da Silva, compondo a estrutura do MEC. No ano de 2011, já no governo Dilma Roussef, é acrescentada a temática da “inclusão” e a pasta passou a denominar-se Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), tendo as atribuições, ações e programas antes vinculados à Secretaria de Educação Especial (SEESP) incorporados à Secadi (Jakimiu, 2021, p. 117). [↑](#footnote-ref-1)
2. Além destes cursos, foram aprovadas 32 Licenciaturas em Educação Especial Inclusiva e 14 Licenciaturas em Educação Bilíngue de Surdos. [↑](#footnote-ref-2)